

## Discutindo justiça social e democratização dos recursos públicos

Com o objetivo de contribuir para fortalecer e aprimorar a incidência e o controle social do orçamento público, a AMB, o Fórum Brasil Orçamento (FBO), o Cfemea e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) promovem dias 14 e 15 de junho, em Brasília, o Seminário "A Dinâmica do Orçamento Público na promoção da Justiça Social". Participarão do evento representantes de organizações sindicais, ONGs, parlamentares, além do Comitê Político Nacional da AMB.

Ao atuarem para a superação das desigualdades, por distribuição da riqueza, fim da exclusão e por democratização dos processos decisórios sobre os recursos públicos, distintos movimentos, organizações e redes têm buscado incidir sobre a dinâmica do ciclo orçamentário.

Em função disso, a primeira sessão do seminário colocará em diálogo experiências de incidência sobre o orçamento público. Serão apresentadas exposições sobre: Orçamento Criança (Inesc); Orçamento Federal e as Desigualdades entre mulheres e homens (Cfemea); Mobilização Social e conquistas no orçamento (MST, a confirmar).

Ainda nessa sessão, representante do Unafisco (Sindicato Nacional das/os Auditoras/es Fiscais da Receita Federal) abordará a política tributária e as receitas da União.

No dia 15, na segunda sessão do seminário, será discutida a ação do Estado na promoção da justiça social por meio de instrumentos de planejamento e do orçamento público. Será o momento de colocar em perspectiva histórica as políticas fiscais, avaliando-se os processos de arrecadação e alocação dos recursos públicos.

Um dos destaques do Seminário deverá ser o debate sobre diretrizes orçamentárias no contexto neoliberal e o painel político sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentado pelo governo federal para 2006. Participarão do painel: os parlamentares Gilmar Machado, relator do Projeto; Sérgio Miranda (Comissão Mista de Orçamento); e Paulo Rubens, sendo debatedoras/es representantes do FBO e da AMB.

Informações e inscrições pelo e-mail: [gilda@cfemea.org.br](mailto:gilda@cfemea.org.br) ou pelo fax: (61) 2241791 (a inscrição é gratuita).

### Reunião Extraordinária

Será realizada em Brasília, entre os dias 13 e 15 deste mês, uma reunião extraordinária do Comitê Político Nacional da AMB, com a presença de representantes de fóruns, articulações, núcleos e redes estaduais de mulheres, além da coordenação nacional e de militantes da AMB em espaços de representação política.

Entre outros temas, estão na pauta na reunião: o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho; legalização do aborto; e um debate sobre limites e desafios para o aprimoramento e atualização do sentido dos Conselhos de Direitos da Mulher.

## Santiago +5

Foi antecipada para os dias 10, 11 e 12 de agosto deste ano a Pré-Conferência Santiago +5 contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação e a Intolerância. Segundo informe de Nilza Iraci (AMNB), divulgado no boletim Eparrei, a mudança de data favorece a participação das organizações da sociedade civil, que tinham problemas de agenda com a data anteriormente marcada.

A Pré-Conferência deverá reunir autoridades governamentais e da sociedade civil. Organizações interessadas em participar devem solicitar inscrição ao Comitê Internacional Preparatório, através da Secretaria Conjunta da Comissão Organizadora, pelo email: [pcardemil@ideas.cl](mailto:pcardemil@ideas.cl). O prazo para envio da ficha de inscrição será encerrado em 22 de julho de 2005.

Informações: fax: (56) (2) 2220771 ou em [www.santiagomascinco.cl/inscripcion.htm](http://www.santiagomascinco.cl/inscripcion.htm).

A Conferência Santiago+5 deve ocorrer em dezembro próximo, com o objetivo de verificar se ocorreram avanços nos países do Continente Americano, a partir dos acordos firmados no Plano de Ação da Conferência Regional das Américas, realizada em Santiago (Chile), em 2000.

Esse evento regional fez parte do processo preparatório à Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, África do Sul, 2001).

## X Encontro Feminista

### - Mudança de local

A comissão organizadora do 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC), informa mudança de local do evento, que agora será realizado no município de Serra Negra, a 150 km de São Paulo (SP), entre os dias 9 e 12 de outubro deste ano.

Para participar, basta acessar o formulário de inscrição na página do Encontro, que estará na Internet a partir do dia 20. Na primeira fase de inscrições, haverá um limite de 600 participantes brasileiras.

A comissão organizadora espera a participação de 900 feministas de outros países da América Latina e Caribe e organizou uma cota para cada Estado brasileiro, que será válida até 15 de agosto. Após esta primeira fase de inscrição, as vagas serão remanejadas, de acordo com o volume de inscrição de cada Estado.

Veja na seção CONtextos a programação do Encontro e outras informações; ou escreva para: [10encontro@uol.com.br](mailto:10encontro@uol.com.br)

### - Participação de São Paulo

No próximo dia 10, na sede do Coletivo de Feministas Lésbicas, acontece um evento político-festivo sobre o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, onde será debatida a participação de feministas de São Paulo.

O evento político-festivo é uma promoção dos espaços estaduais de articulação de mulheres ligadas: à AMB/SP; Articulação de ONGs de Mulheres Negras; Fórum Estadual de Mulheres Negras; Liga Brasileira de Lésbicas; Rede Jovens Brasil; Rede Feminista de Saúde; União Brasileira de Mulheres; União de Mulheres de São Paulo. Informações: (11) 5904 3435.

## IV Senale – Lésbicas como sujeito político

No próximo dia 08, termina o prazo para envio de propostas de temas para mesas e para eixos-temáticos de oficinas do VI SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas, que será realizado em Recife-PE, de 24 a 27 de novembro. O temário central do Senale será "Movimento de Mulheres Lésbicas como Sujeito Político: poder e democracia".

Segundo a Comissão Temática e de Relatoria, até o momento foram propostos para as mesas os seguintes temas: Lésbicas e suas várias expressões (jovens, terceira idade, negras, brancas, deficientes); Movimento de Mulheres Lésbicas em interface com movimentos feminista, gay, bissexuais, travestis, transexuais e prostitutas; Feminismo e Lesbianidade; Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Reprodutivos; Controle Social, SUS e Conselhos;

Para os eixos temáticos das oficinas, a Comissão já recebeu as seguintes indicações: família e lesbianidade; maternidade lésbica; opressão por orientação sexual, gênero e movimento de mulheres lésbicas; violência nas relações afetivo-sexuais entre lésbicas; mídia e lesbianidade; lésbicas e drogas lícitas e ilícitas; juventude e lesbianidade.

Mulheres interessadas em enviar propostas e/ou se inscrever na lista do IV Senale devem encaminhar mensagem para os seguintes e-mails: [divasmary@uol.com.br](mailto:divasmary@uol.com.br); [aplmele@hotmail.com](mailto:aplmele@hotmail.com) ; [liralima@hotmail.com](mailto:liralima@hotmail.com);

A Comissão Temática e de Relatoria analisará as propostas enviadas e definirá a viabilidade considerando o temário central do encontro, o número possível de mesas e oficinas, além da infra-estrutura e outros aspectos.

## CONtextos

Neste período de trabalho da Comissão Tripartite que tem por objetivo revisar a legislação punitiva sobre o aborto, anexamos a esta edição entrevista com a advogada Roxana Vasquez (Cladem), publicada na Revista Época.

No segundo anexo, segue boletim informativo da Comissão Organizadora do 10º EFLAC.

## Luta contra a Aids: fim de patente para medicamentos

Em sintonia com a mobilização de organizações do movimento de luta contra o HIV/Aids, a Comissão de Constituição de Justiça aprovou (dia 01), Projeto de Lei que impede o patenteamento de medicamentos para combate à Aids. A proposta prevê a possibilidade de as indústrias brasileiras produzirem genéricos de qualquer medicamento para prevenção e tratamento da Aids, com preço mais acessível do que o produto de marca patenteada.

O projeto poderá seguir para o Senado sem ir ao plenário da Câmara de Deputadas/os, por ter sido aprovado nas três Comissões nas quais tramitou. A ida imediata ao Senado só não acontecerá se parlamentares (um mínimo de 51 deputadas/os) assinarem recurso, cedendo a pressões e interesses da indústria farmacêutica.

Segundo o relator do Projeto, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), a proteção constitucional dos inventos industriais não é absoluta, mas condicionada ao interesse social. E é com base nesta premissa que as organizações do movimento manterão a mobilização, agora junto a senadoras/es.